



## Líderes discutirão na terça proposta de CPI da Petrobras

Reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, deve definir uma data para a leitura do requerimento, protocolado ontem com o apoio de 28 senadores

**R**equerimento para a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de má gestão na Petrobras foi protocolado ontem por senadores de oposição, que esperam a instalação já na terça-feira.

Senadores governistas, no entanto, trabalham pela retirada de assinaturas para evitar a investigação, que, para eles, tem viés político-eleitoral. Também estudam propondo para que a CPI apure denúncias de irregularidades no metrô de São Paulo. **3**

Alvaro Dias, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro entregam à secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, assinaturas para criação da CPI da Petrobras



Leonardo Sussaroff/Cabinete do senador Cyro Miranda

### Fórum debate temas de infraestrutura



José Cruz/Agência Senado

Organizado pela Comissão de Infraestrutura do Senado, evento reúne senadores, especialistas e representantes dos setores público e privado em mesas-redondas temáticas. Propostas para solucionar entraves à infraestrutura no país poderão ser convertidas em projetos de lei. **4 e 5**

Fernando Collor, idealizador do evento, espera receber diagnóstico de cada área debatida

Às vésperas do golpe, Congresso refletia clima de tensão **8**

Suspensão de contrato por crise na empresa gera polêmica **6**

Proposta de internação compulsória recebe críticas **2**

### Acordo deve simplificar troca de documentos

Senado, Presidência da República e Tribunal de Contas da União (TCU) assinaram ontem convênio de cooperação técnica para agilizar o intercâmbio de documentos

por meio eletrônico. Para o presidente da Casa, Renan Calheiros, “é mais um importante passo em busca da racionalização e da agilidade do processo legislativo”. **2**



Jane de Araújo/Agência Senado

Renan assina acordo entre Augusto Nardes (TCU) e Ideli Salvatti, ministra

### Amorim quer país com mais poder militar



Lia de Paula/Agência Senado

Ministro da Defesa disse ontem aos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que maior capacidade militar é indispensável se o país quiser se impor entre as maiores economias do planeta. **7**

Em audiência presidida por Ricardo Ferraz (D), Celso Amorim apresenta plano de trabalho da pasta

Embaixador da Ucrânia pede apoio na crise com a Rússia **7**

Diretor da OMC aponta avanços nos acordos multilaterais **7**

Deputados da Venezuela serão ouvidos em comissão **7**

Estreia hoje programa de rádio da Ouvidoria **2**



# Renan assina acordo que agiliza envio de documentos

Convênio firmado entre Senado, Tribunal de Contas da União e Presidência da República estimula transparência e celeridade com sistema que permite o intercâmbio de documentos entre as partes

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, assinou ontem acordo para o intercâmbio de documentos por meio eletrônico entre a Presidência da República, o Senado e Tribunal de Contas da União (TCU), órgão auxiliar do Congresso.

Renan ressaltou que a atual Mesa da Casa trabalha com base na eficiência, economia e transparência.

— Esse acordo é mais um importante passo em busca da racionalização e da agilidade do processo legislativo. As iniciativas na área administrativa em busca de maior racionalidade proporcionaram uma economia de R\$ 275 milhões, quase 100% da meta de R\$ 300 milhões fixada para o biênio 2013–2014. Ao contrário das tradicionais suplementações orçamentárias, devolvemos recursos do contribuinte para serem aplicados em programas sociais — afirmou Renan.

A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, responsável pelo projeto, disse que a medida traz ganhos para as instituições e para a sociedade por proporcionar celeridade e transparência.

Em relação ao acordo de cooperação, o senador lembrou de recente iniciativa com a Câmara dos Deputados para o fim da impressão dos *Diário do Congresso*, *Diário do Senado* e *Diário da Câmara*, gerando economia de mais de 25 toneladas de papel.

— Vivemos em tempos de comedimento. Precisamos ter parcimônia com as reser-



Ideli e Renan (sentados, ao centro) ouvem Augusto Nardes, presidente do TCU

vas naturais, com os recursos públicos e com o tempo. Nesse sentido, a troca eletrônica de documentos apresenta economia processual e contribui significativamente para redução do consumo de papel, o que acarreta menores gastos e também preserva a natureza — afirmou Renan.

O presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, elogiou o trabalho técnico e político do Senado para que a proposta se tornasse realidade, pois gera melhoria na gestão pública. A ministra de Relações

Institucionais, Ideli Salvatti, que representou o Planalto na assinatura do termo, disse que a medida tem mérito especial no momento em que o Legislativo analisa a proposta do Marco Civil da Internet.

— A tramitação eletrônica permite transparência. E é o que a sociedade necessita e, com o marco civil, esperamos garantir a liberdade, a privacidade e a neutralidade na rede — disse Ideli.

## Relatórios

O presidente do TCU entregou a Renan dois relatórios com o resultado de fiscalizações feitas pelo tribunal. Um deles é sobre a aplicação de recursos na saúde e o outro, no ensino médio. (Assessoria da Presidência do Senado)

## Ouidoria do Senado estreia programa de rádio hoje

Os ouvintes da Rádio Senado vão contar com mais um canal de comunicação com a Ouvidoria do Senado. Estreia hoje o programa *Espaço Ouvidoria*, apresentado pela ouvidora-geral, Lúcia Vânia (PSDB-GO). A produção do programa entrará em contato, por telefone, com os ouvintes, e a senadora responderá no ar.

— O programa vai possibilitar que um maior número de pessoas possa conhecer o trabalho das ouvidorias e utilizar esse instrumento, que, sem dúvida nenhuma, vai aproximar o cidadão de tudo o que está acontecendo no Senado — diz Lúcia Vânia.

Perguntas, dúvidas, críticas ou sugestões podem ser enviadas pelo site da Ouvidoria, pelo Portal e-Cidadania, por carta ou pelo Alô Senado (0800 612211). O *Espaço Ouvidoria* irá ao ar sempre na última sexta-feira do mês, logo após o programa *Conversa com o Senador*, às 8h40. (Com informações da Rádio Senado)

## Mozarildo propõe novas regras para criação de municípios



Pedro Franco / Agência Senado

Um projeto com novas regras para criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação de municípios foi anunciado ontem em Plenário por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Proposta semelhante já havia sido apresentada pelo senador, mas foi vetada pela presidente da República.

Mozarildo disse que incluiu dispositivos que atendem o Executivo para evitar que o novo texto seja vetado. Segundo ele, a proposta tem o apoio de 45 senadores e vai beneficiar, principalmente, a Região Norte.

O senador também apresentou projeto para alterar regras de funcionamento do Senado. Pelo texto, a Casa passaria a alternar reuniões de comissões com reuniões de Plenário, evitando coincidência de horários, o que permitiria comparecimento maior de senadores nas reuniões.

## Vanessa homenageia fundador de rede de comunicação do Norte



Pedro Franco / Agência Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou o aniversário de nascimento de Humberto Calderaro, fundador da Rede Calderaro de Comunicação, o maior grupo de mídia integrada da Região Norte. Falecido em 1995, ele completaria 87 anos hoje.

Segundo a senadora, Calderaro foi um menino pobre que, a partir de 1949, com o jornal *A Crítica*, criou um grande grupo formado atualmente por dois jornais, duas emissoras de rádio, uma editora e um portal de notícias na internet.

Calderaro, disse Vanessa, foi pioneiro da grande imprensa amazonense, atuando em várias funções jornalísticas. — Nunca teve nenhum mandato, mas com seu jornal, com sua pena, com sua caneta, sempre nos ajudou na luta pelo progresso e, sobretudo, na luta pela justiça social — afirmou.

## Especialistas pedem cautela em regra de internação compulsória

Em audiência para debater a internação compulsória de dependentes químicos, ontem, representantes do governo e do Conselho Federal de Psicologia (CFP) reafirmaram posição contrária à judicialização da saúde mental e do atendimento.

O debate foi promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), sob condução de Humberto Costa (PT-PE), autor do requerimento da reunião junto com Paulo Paim (PT-RS). O objetivo foi instruir a análise do PLC 37/2013, que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

Para o coordenador de Saúde Mental no Ministério da Saúde, Roberto Tykanori, antes da internação compulsória para desintoxicação por ordem judicial, deveria haver profunda reflexão sobre a qualidade da rede que acolhe o dependente químico.

— A expressão internação compulsória tem origem

no Código Penal, quando trata de crimes cometidos por pessoas com distúrbios mentais. A judicialização da internação não deveria ser tratada nessas condições, mas sob a ótica estrutural, da falta de atendimento de rede.

O secretário nacional de Políticas sobre Drogas, Vitore Maximiano, disse que a prática ainda é pouco usada no país, mas há ordens judiciais que precisam ser cumpridas não só em termos de atendimento de saúde, mas com apoio de assistência social.

A psicóloga Marcia Landini Totugui, do CFP, disse que a internação compulsória deve ser repelida como prática, pois o problema social em volta dos dependentes seria mais grave. Segundo ela, os centros de atenção psicossocial (Caps) em álcool e drogas fazem internação programada, com atendimento integral, envolvendo família e instituições de governo para resolver as questões em torno do problema.



Genaldino Mugeira / Agência Senado

Tykanori (E), senadores Ana Rita e Humberto, Maximiano e Márcia na reunião

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Na sessão de hoje não haverá votação de matérias. Será destinada a pronunciamentos de senadores.

### PRESIDÊNCIA Debate sobre o modelo atual de segurança pública

9h O senador Renan Calheiros participa, em Maceió, do 7º Fórum Nacional das Entidades Representativas dos Policiais e Bombeiros Militares do Brasil.

### CI Fórum sobre a infraestrutura brasileira

9h Sistematização das propostas e elaboração dos relatórios do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura sobre o tema "O Brasil só será uma grande potência no dia em que adquirir o dom da eficiência". Às 15h, apresentação dos relatórios e encerramento do evento.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão não deliberativa do Plenário**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Requerimento foi protocolado ontem de manhã na Secretaria-Geral da Mesa, que fará conferência de assinaturas. Presidente não tem prazo regimental para leitura em Plenário

# Líderes vão discutir com o presidente instalação de CPI

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse, em entrevista, que vai conversar com os líderes dos partidos para encaminhar a leitura do requerimento e a posterior instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar suspeitas de má gestão e irregularidades na Petrobras.

Embora considere que, em ano eleitoral, uma CPI “mais atrapalha do que facilita a vida do Brasil”, o senador disse que “agora não há mais o que fazer”. Ele explicou que 28 senadores protocolaram requerimento pedindo a CPI, com fato determinado.

— Nós vamos marcar a data, fazer a conferência dos nomes e instalar a comissão — informou Renan, que apenas mencionou, como ressalva, a possibilidade de retirada de assinaturas até a meia-noite do dia em que o requerimento for lido em Plenário.

O documento foi protocolado na manhã de ontem por Alvaro Dias (PSDB-PR), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Agora, a Secretaria-Geral da Mesa fará a conferência das assinaturas e entregará o requerimento ao presidente do Senado para que ele possa fazer a leitura no Plenário. Renan não tem, no entanto, prazo regimental para esse procedimento.

Alvaro disse não acreditar que os colegas retirem as assinaturas por pressão do governo. Para o senador, seria uma desmoralização para quem desistiu da CPI. Além disso, ele acredita que todos os que assinaram o requerimento estão convictos de que precisa haver investigação para o bem da empresa.

— Nós não podemos permitir que o patrimônio da Petrobras seja dilapidado por algumas pessoas. O objetivo não é atacar a empresa, é



Compra de refinaria nos Estados Unidos é um dos alvos da investigação

responsabilizar aqueles que eventualmente estejam contribuindo para dilapidação desse patrimônio.

Integrante da base de apoio ao governo e um dos que também assinou o requerimento, Eduardo Amorim (PSC-SE) disse ter recebido pedidos para que retire a assinatura, mas assegurou não pretender recuar da decisão.

— Eu pauto a minha vida baseado em princípios e valores, e não volto atrás — afirmou.

Para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito, além do número mínimo de assinaturas de um terço dos senadores, é preciso que o requerimento contenha o fato concreto a ser investigado.

No caso do requerimento da CPI da Petrobras, Alvaro explicou que serão quatro fatos investigados: o processo de aquisição de uma refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos; indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SBM Offshore para obtenção de contratos junto à Petrobras; denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar sem componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores; e indícios de superfaturamento na construção de refinarias.

Lideranças do governo informaram ontem que trabalharão pela retirada das assinaturas de

senadores que subscreveram o pedido de constituição da CPI.

## CPI mista

Alvaro informou que senadores e deputados firmaram acordo para dar preferência à instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI), caso a Câmara também consiga as assinaturas necessárias. Segundo disse, o Senado só tomou a frente para garantir a investigação, já que a leitura de um requerimento para criação de uma CPMI precisa ser feita em sessão do Congresso, o que só ocorrerá em 15 de abril.

Perguntado se o governo teria mais poder de influência na CPI mista do que em uma apenas do Senado, Cyro Miranda afirmou que sim, mas disse acreditar no equilíbrio das forças que comporão a comissão. Observou ainda que o governo tem entrado em contradição cada vez mais.

— Eu acho que fica muito difícil de qualquer maneira, mesmo que se dê a presidência para alguém da situação, que as coisas ocorram da maneira que eles [o governo] estão pensando. Eles sabem como é que são as convocações, os depoimentos. Há muita coisa a ser esclarecida. E a contradição do governo é no dia a dia — disse.

Veja o requerimento de criação da CPI: <http://bit.ly/requerimentoCPI>

## Para governo, ministro pode esclarecer fatos

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PT-PE), já havia afirmado, na quarta-feira, que a presidente da Petrobras, Graça Foster, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, estão prontos e com presença confirmada para virem ao Senado prestar os esclarecimentos a respeito do caso.

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou a estratégia do governo e disse que a simples vinda da presidente da Petrobras ou do ministro de Minas e Energia

ao Senado não poderá esclarecer as denúncias.

Para Cyro, a CPI não prejudica a imagem da empresa, mas vai assegurar credibilidade à instituição por estar investigando os responsáveis pelas irregularidades.

— Na verdade, o governo não queria levar isso para dentro da casa deles, não era para ir ao Palácio. Sabe o que eles iam fazer? Demitir a Graça Foster, ela ia ser o bode expiatório da coisa e a conta estaria paga. Ledo engano. A população,

graças à imprensa, o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União, está ficando muito mais esperta do que eles estavam pensando — afirmou.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a instalação da CPI em ano eleitoral será um grande palanque e acabará atrapalhando o país. Questionado se temeria que o PMDB fosse atingido pelas investigações, Renan negou:

— Absolutamente. Eu acho que a investigação tem que efetivamente caminhar.

## Oposição quer leitura de requerimento da CPI na terça-feira

Em entrevistas ontem, Aécio Neves (PSDB-MG) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disseram esperar que o pedido de criação da CPI da Petrobras seja lido pela Mesa do Senado na sessão deliberativa de terça-feira. Pela manhã, a oposição apresentou documento com 28 assinaturas a favor da CPI, uma a mais que o mínimo exigido.

Randolfe lembrou que a leitura só pode ocorrer em sessão deliberativa, por isso a expectativa de que a formalização aconteça na terça. Ele e Aécio criticaram a possibilidade de o governo convencer senadores a retirar assinaturas do requerimento.

— Eu não acredito que qualquer um dos signatá-



Aécio Neves não crê em “chantagem” para retirada de assinaturas

rios possa se submeter a chantagem — disse Aécio.

Para Randolfe, embora legal, a retirada de assinaturas não seria moral nem republicana.

— O moral e republicano seria ficar à disposição de todos os mecanismos de investigação — afirmou.

## Gleisi: base do governo pode pedir inclusão do caso Alstom

Em entrevista ontem, Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que pensa na possibilidade de pedir a inclusão do caso Alstom, envolvendo contratos do metrô de São Paulo, no escopo de investigações da CPI da Petrobras.

O caso ganhou repercussão após executivos de empresas terem admitido formação de cartel e pagamento de propina em licitações no governo de São Paulo, comandado pelo PSDB.

— Estou pensando muito em propor na segunda ou terça-feira à nossa base aliada para que a gente apoie a CPI, ampliando o seu objeto, com um adendo, para que a gente possa também investigar a situação da Alstom no metrô



Para Gleisi Hoffmann, oposição tem interesse político-eleitoral na CPI

de São Paulo — informou Gleisi.

Segundo a Secretaria-Geral da Mesa, a comissão pode ter um adendo se também for assinado por pelo menos 27 senadores.

De acordo com Gleisi, o interesse da oposição na CPI é político-eleitoral.

## Lúcia Vânia defende investigação de irregularidades

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a CPI requerida pela oposição para apurar irregularidades em negócios envolvendo a Petrobras. Segundo a senadora, o “desastre” da administração petista coloca em risco a maior empresa brasileira, que sofreu rebaixamento na nota de risco de investimentos da agência Standard & Poor's.

Ela apontou como um dos principais equívocos na gestão da Petrobras o uso da companhia para conter a inflação, ao não promover o reajuste dos preços dos combustíveis, mesmo com a desvalorização do real.

## Aloysio Nunes considera escândalos a retirada de apoio a CPI

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), considera um escândalo as notícias de que gover-

nistas vão tentar convencer senadores que assinaram o requerimento de criação da CPI da Petrobras a retirarem as assinaturas. Para o parlamentar, quem retirar o apoio “estará condenado à execração pública”.

Aloysio lembrou que a Constituição garante ao Legislativo o poder de fiscalização e, no caso de uma CPI, o poder equivalente ao das autoridades judiciárias, e o Congresso não pode se eximir desse dever.



Reunidos em mesas-redondas, senadores, especialistas e representantes dos setores público e privado debateram temas como transporte de cargas e de passageiros, energia elétrica, telecomunicações e saneamento. Resultados poderão se converter em projetos de lei na Comissão de Infraestrutura

# Fórum busca soluções para entraves da infraestrutura

MINERAÇÃO, COMBUSTÍVEIS, TRANSPORTES de cargas e de pessoas, telecomunicações, energia elétrica, saneamento, abastecimento e irrigação. Os principais setores da infraestrutura no Brasil foram debatidos ontem por senadores, especialistas e representantes dos setores público e privado, além de lideranças sindicais e de organizações não governamentais, no 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, promovido pela Comissão de Infraestrutura (CI).

O presidente da comissão e idealizador do evento, senador Fernando Collor (PTB-AL), espera receber um diagnóstico relevante sobre cada área estudada. Também conta com a apresentação de propostas concretas para pôr fim aos gargalos que muitas vezes impedem o desenvolvimento e o enriquecimento do país. A expectativa é de que os projetos de lei sugeridos possam ser analisados pelo Senado já a partir de abril.

Os resultados dos debates serão resumidos em documento que servirá de pilar para o trabalho da Comissão de Infraestrutura este ano.

## Gargalos

Na abertura do fórum, Collor chamou a atenção para a necessidade de o país desatar os entraves logísticos se quiser de fato crescer economicamente. Segundo ele, após o período



Presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor (D) discursa na abertura do fórum no Auditório do Interlegis: resultados dos debates entre senadores e especialistas serão aproveitados como propostas legislativas

recente de desenvolvimento de diversos setores, como agropecuário, industrial e social, os problemas ficaram ainda mais evidentes.

— Se antes as precárias condições de nossa infraestrutura eram, de certa forma, amainadas pela baixa demanda de serviços em setores como transportes e energia, hoje não há mais como escondê-las. A ascensão de significativa parcela da população à classe média descortinou, por exemplo, a necessidade de uma nova estrutura aeroportuária, assim como os sucessivos recordes da safra agrícola clamam por um sistema completo de armazenagem

gem e escoamento. Sem estrada e transporte, a economia não anda; sem energia, ela se apaga; sem sistema de comunicação eficiente, ela se cala; sem saneamento, ela adoce — afirmou.

Ao lembrar que o saneamento é outro problema grave de infraestrutura e que passa despercebido dos governos por ser considerado um “filho rejeitado das políticas públicas”, Collor sugeriu a criação do Mais Engenheiros, nos moldes do Programa Mais Médicos, lançado recentemente pelo governo federal.

— Sabemos que um dos principais déficits desse setor está

relacionado à precariedade de projetos, especialmente no âmbito dos municípios, que não têm engenheiros. Talvez tenhamos que instituir o Mais Engenheiros para suprir as carências de projetos nos mais longínquos rincões do país, onde o problema é ainda mais latente — opinou.

Ele lamentou o fato de o Brasil conseguir universalizar serviços muito mais complexos, como energia e comunicações, e não solucionar a falta de saneamento.

— Cerca de 90% da população do Norte do país continua desassistida e sem rede de esgoto sanitário — afirmou.

O parlamentar reconheceu que o governo tem tomado providências para solucionar muitos dos problemas, mas advertiu que a situação é muito mais complexa. Como exemplo, citou os 300 dias necessários para que o Dnit conclua um processo licitatório na modalidade de concorrência pública.

## Burocracia

O senador não poupou críticas à burocracia e à tecnocracia enraizadas na cultura e na história do país, as quais, segundo ele, fizeram a administração pública perder o rumo da eficácia.

Collor também criticou os

sistemas de fiscalização, auditoria e controle adotados hoje no Brasil, que sofrem com a falta de critério e bom senso. Ele citou a paralisação de obras de grande importância por pequenas questões burocráticas, resultando em atrasos, prejuízos e interrupções muito mais danosas à população.

— O Brasil carece, acima de tudo, de bom senso e de realismo na administração pública, a começar pelos setores de licenciamento, auditoria e fiscalização. Hoje viramos reféns da auditocracia, da controlocracia e da licenciocracia. Todas adeptas da letra fria da lei e com peculiaridades, como a estreiteza de

horizontes e a insensibilidade perante as reais necessidades do país — disse.

## Comissão

O senador aproveitou para falar sobre as atividades da Comissão de Infraestrutura, que tem realizado uma média de 30 audiências públicas por ano, além de simpósios, ciclos de debates e painéis, com a participação de autoridades, especialistas e também do público em geral, por meio dos veículos de comunicação do Senado. Na opinião dele, a comissão vem cumprindo o papel do Parlamento: debater tecnicamente e mostrar politicamente os rumos para a melhoria do país.

Para Collor, no entanto, o momento de diagnóstico já passou e é hora de partir para a prática, daí a importância do seminário, que deve resultar em propostas claras e pragmáticas.

— O diagnóstico já foi feito. Seja nas audiências públicas realizadas na Comissão de Infraestrutura do Senado, seja em outros fóruns de debates. Diagnóstico nós já temos para tudo. O que precisamos agora é pontuar as soluções para cada uma dessas dificuldades levantadas. O fórum vai oferecer tais respostas por via legislativa ou por recomendações ao Poder Executivo — analisou o parlamentar.

Veja como participar dos debates interativos: <http://bit.ly/foruminfra>

## Para secretário-executivo de Aviação Civil, desafio é aumentar qualidade dos serviços do setor

Na abertura do fórum, o secretário-executivo de Aviação Civil, Guilherme Ramalho, observou que o setor vem passando na última década



por uma mudança paradigmática: de transporte de elite para transporte de massa. Segundo dados apresentados por ele, o país registrou 37 milhões de passageiros em 2003 contra 111 milhões em 2013. A expectativa é de que o fluxo nos aeroportos brasileiros tripleque nos próximos 20 anos.

— O desafio é claro: aumentar a oferta de infraestrutura e a qualidade dos serviços prestados aos passageiros. O crescimento da demanda gerou uma pressão grande sobre a infraestrutura — assinalou Ramalho. A ampliação da aviação regional é outra preocupação do governo, segundo o secretário.

— O Brasil tem hoje 5,6 mil municípios, mas apenas 120 aeroportos com operações regulares de voos de passageiros. É um número tímido, que não atende às necessidades do país — disse Ramalho.

## César Borges aponta burocracia como principal empecilho para ampliação da infraestrutura

A burocracia para a execução de obras federais foi apontada ontem pelo ministro dos Transportes, César Borges, como o principal entrave da infraestrutura. Na abertura do fórum, ele afirmou que, mesmo contando com verba e vontade política, o governo enfrenta uma via-crúcis para obter as licenças ambientais e atender as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU). A duplicação de uma rodovia, por exemplo, leva no mínimo dois anos para ser concluída.

— Não faltam recursos. Através do PAC 1 e do PAC 2, saímos de R\$ 2 bilhões para R\$ 15 bilhões. Qual o desafio? Conseguir gastar.

Para o ministro, a contribuição do Congresso é fundamental para reduzir essa burocracia. Ele apontou como prioridades da pasta a manutenção da malha rodoviária (60 mil quilômetros), a duplicação das ligações entre Centro-Oeste e portos e a revitalização do modal ferroviário (que já somou 29 mil quilômetros, reduzidos hoje a 12 mil).



## Empresários sugerem desoneração para melhorar transporte de passageiros

Redução da carga tributária e estabelecimento de fonte para custear gratuidades são duas medidas prioritárias para o transporte de passageiros no Brasil, segundo especialistas que participaram da mesa-redonda sobre o setor.

Eles alegaram que a desoneração permitirá o aumento da qualidade dos serviços, tanto terrestres quanto aéreos, e que o estabelecimento de fonte para as gratuidades de idosos, estudantes e pessoas com deficiência impedirá que o custo continue sendo repassado para o passageiro comum.

A aprovação, pela Câmara, do Reiutp (regime especial de incentivos ao transporte urbano) foi defendida pelos debatedores. A proposta, aprovada no Senado em julho passado, pode diminuir em até 15% o valor das tarifas de ônibus.

O debate, coordenado por Acir Gurgacz (PDT-RO), teve representantes do Ministério das Cidades, da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros e da Associação Brasileira das Empresas Aéreas.

## Ministro prevê R\$ 36 bilhões em investimentos privados em portos nos próximos 3 anos

O ministro dos Portos, Antonio Henrique Silveira, afirmou que a Lei 12.815/2013, novo marco regulatório da atividade, ampliou as perspectivas de investimentos privados, que devem chegar a R\$ 36 bilhões nos próximos três anos. O valor, segundo ele, considera as autorizações para terminais de uso privado e os arrendamentos de áreas em portos organizados, além dos já existentes.

Segundo o ministro, somente com pedidos de investimento de arrendamentos existentes a expectativa é de aplicação de R\$ 10 bilhões. O programa de arrendamentos das áreas nos portos organizados deverá resultar em mais de R\$ 17 bilhões, que se somam aos cerca de R\$ 8 bilhões previstos nos 15 terminais de uso privado autorizados até março.

Para Silveira, o esforço de investimento visa atender a necessidade de modernização da infraestrutura portuária e de aumento da capacidade de movimentação dos portos brasileiros.



## Zimmermann descarta risco de desabastecimento de energia e aponta expansão do sistema

A expansão do parque gerador e de transmissão é a garantia de que não haverá desabastecimento de energia, afirmou na abertura do fórum o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Ele reconheceu que o Brasil enfrenta a pior realidade hídrica dos últimos 83 anos, mas argumentou que a ampliação do setor de energia na última década garante ao governo tranquilidade: o país conquistou nesse período a geração de 46 mil megawatts de energia e a instalação de 41 mil quilômetros de linhas de transmissão.

Ele informou que até 2022 o governo aplicará R\$ 60 bilhões na expansão do sistema elétrico — 67% na geração e 23% na transmissão — e R\$ 835 bilhões nas áreas de petróleo e de gás.

— A segurança energética está garantida para que o país continue a crescer e se desenvolver — declarou Zimmermann, que representou no evento o ministro Edison Lobão.



## Potencial hidrelétrico do Brasil se esgotará até 2030, alertam especialistas

Especialistas preveem o esgotamento do potencial hidrelétrico do Brasil entre 2025 e 2030. Para garantir a energia nos próximos dez anos e alcançar a geração máxima prevista para a fonte hídrica, de 260 mil megawatts (MW), será preciso explorar as últimas fronteiras das grandes usinas no país e diversificar as matrizes energéticas. A conclusão é dos participantes da mesa-redonda sobre energia elétrica.

A prioridade continua a ser a geração de energia hidrelétrica, como a estimada para a Usina de Belo Monte e o Complexo de Tapajós. No entanto, a oposição de grupos de defesa do meio ambiente tem criado obstáculos para a liberação da licença ambiental e um aumento nas demandas judiciais, como destacou Delcídio do Amaral (PT-MS), coordenador do debate.

Participaram da mesa-redonda o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura; a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Elbia Melo; e o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

## Simon desaprova extensão do RDC a qualquer licitação

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a aprovação nesta semana, em comissão mista, da medida provisória que permite o uso do sistema mais rápido de contratação (RDC) em todas as licitações públicas. Ele explicou que a MP 630/2013 previa o uso do sistema mais rápido de contratação, idealizado para a Copa do Mundo e a Olimpíada, em áreas específicas. A comissão, porém, aprovou sugestão da relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), para que o RDC valha para todas as licitações de obras.

Na avaliação de Simon, a mudança não é boa para o país, porque vai prejudicar a fiscalização de obras e gerar prejuízos aos cofres públicos. Para ele, a mudança se torna mais incompreensível ainda num momento em que o país discute o escândalo da Petrobras e em que se verifica que os estádios da Copa estão ficando muito mais caros que o previsto.



## Rebaixamento não afetou confiança na economia, diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, até agora, o rebaixamento da nota de risco do Brasil pela agência Standard & Poor's não teve impacto relevante sobre o custo de capital.

Prova disso, reforçou o parlamentar, é que o anúncio do rebaixamento no início desta semana não afetou a bolsa de valores nem provocou queda na taxa de câmbio. Na avaliação dele, isso demonstra que o mercado reagiu com total confiança na política econômica brasileira.

Segundo Suplicy, a economia vem tendo bom desempenho nesses primeiros meses de 2014. Entre os dados que confirmam isso, o senador citou a alta de 6,2% nas vendas do comércio, em janeiro, em relação ao mesmo mês do ano passado. Destacou ainda as projeções de um crescimento de 0,5% da indústria neste trimestre, após dois trimestres consecutivos de queda.



## Gleisi pede investigação em concessões de rodovias no Paraná

Gleisi Hoffmann (PT-PR) cobrou a apuração de irregularidades nos contratos de concessão de rodovias no Paraná. Segundo reportagem citada pela senadora, os contratos referentes a estradas federais no estado foram modificados por meio de 13 atos secretos que teriam beneficiado as concessionárias.

Gleisi se manifestou favorável ao modelo de concessão de rodovias, mas criticou os valores elevados dos pedágios no Paraná. Na opinião dela, se os contratos originais fossem cumpridos, o usuário teria pedágios mais baratos e mais investimento na infraestrutura rodoviária.

— Por isso, nós pagamos um preço exorbitante de contrato: porque as negociações com as concessionárias não estão sendo feitas às claras, em aditivos contratuais, levando em consideração os dispositivos contratuais e também a realidade econômico-financeira vigente do nosso país — disse.

Gleisi também rebateu críticas de Pedro Simon (PMDB-RS) à aprovação do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) para todas as obras públicas proposto por ela.

## Agripino critica rejeição de proposta sobre criação de ministérios

José Agripino (DEM-RN) lamentou que a, pedido do governo, os senadores tenham rejeitado na quarta-feira proposta de emenda à Constituição de autoria dele que dificultava a criação de órgãos e entidades da administração pública (PEC 34/2013).

De acordo com o parlamentar, a aprovação da proposta ajudaria o país a conter o aumento do déficit público e a melhorar a qualidade dos gastos, pois limitaria a criação de órgãos ineficientes.

Na avaliação de Agripino, o governo deveria ter apoiado a proposta, porque isso sinalizaria para o mercado internacional a decisão de conter os gastos públicos.

— Dando uma sinalização horrorosa de que o governo, mesmo com a nota rebaixada, insiste em não frear o gasto público nem racionalizar a qualidade do gasto público. Aonde é que esse governo quer chegar? — protestou.





Projeto que regulamenta suspensão de contrato de trabalho durante crises econômicas opôs trabalhadores e empregadores, mas necessidade de atualizar legislação aproximou os dois lados



Representante da CUT, Loguercio fala na audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, dirigida por Moka (C)

## Debatedores divergem sobre suspensão de contrato

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem, representantes de trabalhadores e de empregadores manifestaram posições antagônicas a respeito de projeto de lei que permite a suspensão do contrato de trabalho, de dois a cinco meses, em caso de crise econômico-financeira na empresa (PLS 62/2013). Apesar disso, ao fim houve sinais de boa vontade de todos no sentido da elaboração de um texto de interesse comum para ser levado a voto.

— Podemos começar a trabalhar em uma legislação que seja mais adequada para a eventualidade de uma crise, mas com mecanismos que deem proteção em relação ao trabalho, e não apenas ao empregador — admitiu José Eymard Loguercio, assessor da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na maior parte do tempo,

porém, os representantes dos trabalhadores negaram a necessidade de reformas na atual legislação nos moldes do projeto, de Valdir Raupp (PMDB-RO). Um dos argumentos é de que no momento o país não enfrenta crise que justifique legislar sobre o tema. Loguercio observou que há assuntos muito mais urgentes, a exemplo do combate ao trabalho escravo.

Depois de lamentar que um projeto semelhante tenha sido arquivado em 2005, Alain Mac Gregor, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), disse que os indicadores econômicos não são tão positivos e que o melhor é pensar a tempo em soluções preventivas.

Os representantes dos trabalhadores lembraram que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já prevê mecanismos para momentos de

crise na empresa. Moacyr Tesch Auersvald, da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), explicou que hoje é possível, de forma transitória e também por meio de acordo ou convenção coletiva, reduzir a jornada em até 25%, com rebate proporcional nos salários.

Reinaldo Felisberto Damacena, que representou a Confederação Nacional da Indústria (CNI), destacou que o “espírito do projeto” é a manutenção do emprego, e não “subtração de direitos”. A seu ver, a legislação precisa ser adequada aos tempos atuais, em que a competitividade é essencial para a manutenção do emprego.

A audiência foi proposta por Paulo Paim (PT-RS), que assumiu a relatoria do projeto no início deste ano. O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), coordenou o debate.

## Audiência discutirá retirada da Embrapa Cerrados

Por requerimento de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Ana Amélia (PP-RS), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiência pública para discutir a pretensão do governo do Distrito Federal (GDF) de retirar a Embrapa Cerrados de área que atualmente ocupa, próxima à

cidade de Planaltina (DF), para implantação de um projeto habitacional.

Há 30 anos, a unidade da Embrapa é dedicada a pesquisas para melhorar a produção agropecuária no Cerrado. A área, de 90 hectares, fica às margens da BR-020.

Conforme Ana Amélia, a

Embrapa tem implantado no local experimentos para melhoria da produtividade da agropecuária.

Apesar de destacar a importância da oferta de moradias, a senadora pondera que o GDF dispõe de outras áreas, não sendo necessário desalojar a Embrapa Cerrados.

## Avança ingresso de servidores no quadro da União, diz Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou avanços em negociações para que 8.346 servidores de Rondônia passem para os quadros da União. O senador participou de reunião entre servidores, o governador do estado, Confúcio Moura, os ministros da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e do



Planejamento, Miriam Belchior, e o advogado-geral da União, Luís Adams. — Quinhentos poderão ter ingresso imediato, segundo a ministra — relatou.

Raupp voltou a manifestar preocupação com a cheia do Rio Madeira, que alcançou 19,6 metros acima do nível normal.

## Casildo defende ganho para aposentado que segue na ativa

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem, em Plenário, a aprovação de proposta dele que permite aos aposentados que permanecem na ativa recuperar as contribuições



retornar à ativa para complementar renda. Ele ressaltou que devolução é questão de justiça e representa um ganho real na aposentadoria.

— É um momento

adicionais feitas à Previdência.

O senador citou levantamento segundo o qual 25% dos aposentados precisam

da vida em que os compromissos são elevados: despesas médicas, remédios e uma série de cuidados especiais que exigem grande suporte.

## Paim quer prorrogar política de valorização do salário mínimo

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a prorrogação da lei que instituiu a política nacional de valorização do salário mínimo (Lei 12.382/2011) e a extensão do benefício para aposentados e pensionistas.

De acordo com a lei, que tem validade até 2015, a base de cálculo é a inflação do período anterior mais a variação do PIB dos dois anos ante-

riores. O senador defendeu a vigência da lei por mais dez anos, já que, segundo ele, o reajuste beneficia 48 milhões de brasileiros e estimula o investimento no país.

— A valorização do salário do trabalhador proporcionou melhores condições de vida e reduziu as desigualdades sociais e a enorme concentração de renda vigente no país.

## Cidinho Santos critica abuso na demarcação de áreas indígenas

Cidinho Santos (PR-MT) afirmou que há abuso na demarcação de terras indígenas no país. Citando dados da Funai, o senador disse que 110 milhões



Advocacia-Geral da União que estabelece novos critérios para a demarcação.

— Precisamos ter cuidado de governar para índios e também para não

de hectares (13% do território nacional) estariam em processo de demarcação. Ele cobrou o cumprimento de portaria da

índios. Só os xavantes em Mato Grosso hoje possuem 1,5 milhão de hectares de terras para 17 mil índios.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Brasil precisa de poderio para se impor, diz Amorim

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores ontem, ministro da Defesa disse que maior capacidade militar é indispensável se o país quiser se impor entre as maiores economias do planeta

O CHAMADO *SOFT power* (poder brando) já fez muito pelo Brasil, mas daqui por diante o país vai precisar mesmo é de aumentar o poderio militar, se quiser se impor como a sexta economia do planeta. É o que pregou ontem, em debate no Senado o ministro da Defesa, Celso Amorim.

Conforme o ministro, o Brasil é lembrado e respeitado muito mais pela cultura e pela diplomacia do que pelo poder de dissuasão baseado nas Forças Armadas.

— Em várias ocasiões pude observar que ter um pouco mais de *hard power* [poder firme] ajudaria. Precisamos de certa capacidade militar que ampare esse poder brando da cultura. Termos Forças Armadas bem equipadas é indispensável. E esse ponto de vista deve ser compartilhado pela sociedade — aconselhou Amorim, durante audiência sobre os rumos da defesa brasileira promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O conceito de *soft power* foi desenvolvido pelo acadêmico Joseph Nye, da Universidade de Harvard, para descrever a habilidade de um país em atrair o apoio de outros não pela coerção, mas por meios como a cultura, os valores políticos e a política externa.

— Um país do porte do Brasil não pode delegar sua defesa a ninguém. Um princípio básico de nossa Estratégia Nacional de Defesa é a dissuasão — alertou Amorim, convidado a participar da audiência por requerimento do presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Entre os países que integram o Brics, o Brasil é o que menos



Amorim, na CRE: "Dissuasão é um pilar da Estratégia Nacional de Defesa"

gasta em defesa, informou o ministro. A média de gastos do bloco, que inclui Rússia, Índia, China e África do Sul, é de 2,3% do produto interno bruto (PIB). O Brasil limita-se a investir 1,5% do PIB.

Se, para o resto do mundo, a postura brasileira será de dissuasão, entre os vizinhos deverá ser de cooperação, segundo Amorim. Ele informou que o país acaba de adquirir quatro lanchas blindadas da Colômbia, que ajudarão a patrulhar os rios da Amazônia, e observou que, para vender equipamentos militares, é preciso também comprar de parceiros.

— Na América do Sul, a cooperação é a melhor dissuasão — definiu.

Essa visão foi compartilhada por Luiz Henrique (PMDB-SC), que defendeu um protagonismo "solidário e fraterno" junto aos vizinhos da América do Sul.

Para o ministro, esse tipo de postura mais colaborativa deve se estender aos países da África, onde esteve recentemente para tratar de ações de cooperação e treinamento na República do Congo, África do Sul e Moçambique. Este último, aguarda a doação de três aviões Tucano,

acordo que depende de projeto em tramitação no Congresso.

## Segurança

Durante o debate, outros temas foram tratados com o ministro. Ferraço lamentou que o país esteja aparentemente "perdendo uma guerra" para as drogas. O senador observou que 70% da cocaína consumida no Brasil vem do Peru e passa pela Bolívia. Por essa razão, ele entende que se deve combater o tráfico nas fronteiras. Por isso, a necessidade de fortalecimento do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), do Ministério da Defesa.

José Agripino (DEM-RN) elogiou a escolha dos aviões suecos Gripen para reequipar a Força Aérea. Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, ressaltou a preocupação com a situação da segurança pública no Rio de Janeiro e considerou justo o pedido de ajuda federal feito pelo governador do estado, Sérgio Cabral. Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a necessidade de o Ministério da Defesa colaborar com os Ministérios da Justiça e do Esporte para garantir a realização com sucesso da Copa do Mundo deste ano.

## Embaixador pede que Planalto se posicione em relação à Crimeia

O embaixador da Ucrânia, Rostyslav Tronenko, pediu ontem ao governo brasileiro para não ficar "em cima do muro" em relação à invasão da Crimeia, até então parte integrante do território ucraniano, por tropas russas, e a posterior anexação à Federação Russa. Em depoimento à Comissão de Relações Exteriores (CRE), ele recordou que outros países da América Latina — como Argentina, México, Panamá e Costa Rica — já se manifestaram pela integridade territorial da Ucrânia.

— Ninguém está pedindo ao Brasil para que compre uma briga por causa da Ucrânia, mas não queremos que nosso parceiro estratégico fique em cima do muro, um país que pretende ocupar um lugar no Conselho de Segurança da ONU — afirmou Tronenko.

Perguntado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da CRE, sobre a legalidade do plebiscito que mostrou a maioria da população da Crimeia a favor da anexação da península à Federação Russa, o embaixador

afirmou que o plebiscito foi "inconstitucional à luz do direito ucraniano e do direito internacional".

Durante o debate, Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou se o resultado do plebiscito teria sido diferente se realizado em "condições adequadas". Por sua vez, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse não saber onde o direito internacional teria sido ferido, como havia enfatizado o embaixador.

Já Cyro Miranda (PSDB-GO) disse ter sentido a impressão de que a população teria sido coagida no plebiscito na Crimeia. O senador concordou com o embaixador a respeito da necessidade de o Brasil tomar uma posição mais clara a respeito disso.



Tronenko questionou o plebiscito que anexou Crimeia à Rússia

## Comissão ouvirá parlamentares venezuelanos sobre crise no país

Dois parlamentares venezuelanos — a deputada de oposição María Corina Machado e o deputado governista Rodrigo Cabezas — serão convidados a debater, na próxima semana, a crise institucional daquele país na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A proposta do debate partiu do presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

— Não podemos fazer de conta que nada está acontecendo na Venezuela — disse. O senador afirmou ter ouvido um relato comovente de María Corina sobre a crise du-

rante um encontro promovido em Lima por uma organização política liberal presidida pelo escritor Mario Vargas Llosa.

A deputada venezuelana foi sumariamente cassada pela assembleia depois de denunciar na Organização dos Estados Americanos (OEA) abusos aos direitos humanos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB) recomendou que se ouvisse também um parlamentar da base do presidente Nicolás Maduro e Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu, então, o nome de Cabezas, do Partido Socialista Unido.

## Diretor-geral da OMC destaca avanços do multilateralismo

A proliferação de acordos regionais entre poucos países não significa o fim dos acordos multilaterais no comércio mundial. A avaliação é do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, que participou ontem de audiência pública no Senado. Ele falou sobre os avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada no final de 2013, e as perspectivas de normatização do comércio multilateral.

Em dezembro, após quatro dias de reuniões em Bali, na Indonésia, a OMC conseguiu desbloquear a Rodada

Doha, como ficou conhecida uma série de debates iniciada em 2001 para dar mais agilidade ao comércio global. As negociações estavam paralisadas desde 2008. O acordo multilateral obtido pela OMC foi o primeiro na história da entidade, nascida um ano após a conclusão da Rodada Uruguai, em 1994, no Marrocos.

O progresso obtido em Bali ajudará a deslançar novas conversas e vai pautar o grau de ambição de outros temas da agenda, sobretudo no que diz respeito a serviços e bens industriais ou manufaturados, disse o diretor-geral da OMC. Na área agrícola, as negocia-

ções envolverão as condições de acesso aos mercados, sobretudo no que se refere a tarifas, subsídios à exportação e subsídios internos.

Azevêdo disse que houve uma mudança de clima consi-

derável e ressaltou que aqueles que não tinham a menor crença no sistema multilateral de negociações passaram a acreditar na capacidade da OMC de chegar a acordos importantes.

Em resposta ao presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o diretor-geral da OMC disse que o Mercado Comum do Sul (Mercosul) jamais será ignorado no comércio mundial, por agregar economias de tamanho considerável e de expressão continental.

Durante a audiência, Kátia Abreu (PMDB-TO) adiantou que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida por ela, vai pedir a abertura de painel junto à OMC sobre a nova lei agrícola dos Estados Unidos, por entender que a norma causa prejuízo bilionário aos produtores brasileiros.



Embaixador Azevêdo fala na audiência, ao lado do senador Luiz Henrique



Parlamentares, que viriam a ter os poderes limitados pela ditadura, tiveram participação no aumento da temperatura política e até mesmo na deposição de João Goulart

# Congresso teve papel importante no golpe de 64

Marco Antonio Reis



O GOLPE DE 1964 não foi gestado apenas nos quartéis. Nos primeiros atos, o movimento recebeu apoio considerável da sociedade e de seus representantes políticos. O próprio

Congresso, que durante a ditadura teve os poderes limitados, teve papel dos mais importantes até mesmo na deposição do presidente João Goulart. Nos debates em Plenário, o embate duro, radicalizado, permitiria pouco espaço para solucionar as crises políticas.

A partir de agosto de 1961, data da renúncia do presidente

Jânio Quadros, até 1º de abril de 1964, a temperatura política foi sempre das mais elevadas. A Campanha da Legalidade, em 1961, garantiu a posse de João Goulart, mas o presidente da República só passou a ter plenos poderes depois de plebiscito que deu fim ao parlamentarismo de ocasião, em janeiro de 1963.

Nesse contexto, alguns parlamentares se destacaram. Auro de Moura Andrade, que declarou vaga a Presidência; Ranieri Mazzilli, que assumiu o governo temporariamente; Filinto Muller, associado a ditaduras desde o Estado Novo; Pedro Aleixo, vice de Costa e Silva que não teve a bênção dos militares para assumir;

Arthur Virgílio e João Agripino, que duelavam na tribuna sobre os rumos do país; Leonel Brizola, incendiário para uns, revolucionário para outros; e Tancredo Neves, conciliador. Nomes que, para o mal ou para o bem, dão a medida da importância do respeito às diferenças políticas e da preservação das instituições democráticas.

## Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência



Vice-presidente do Senado nos momentos que antecederam o golpe, Auro de Moura Andrade ocupava o cargo que correspondia, na prática, à Presidência do Senado — função exercida formalmente pelo vice-presidente da República. Ele declarou vaga a Presidência em 2 de abril de 1964, embora Jango estivesse em território nacional, o que conferiu aparência de legalidade ao golpe.

Em 1961, conduziu o Congresso após a renúncia de Jânio Quadros e ajudou a construir a solução parlamentarista. Em 1966, Moura Andrade apoiou o presidente da Câmara, Adauto Lúcio Cardoso, quando este se negou a aceitar a cassação de seis deputados, o que acarretou o fechamento do Congresso por um mês. Ainda assim, permaneceu na Presidência do Senado até 1967.

## Mazzilli ocupou o Planalto à espera do primeiro general



Coube ao deputado Paschoal Ranieri Mazzilli ocupar a Presidência da República em duas ocasiões. A primeira ocorreu em agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou e o vice João Goulart estava em viagem oficial à China. Sem condições políticas de assumir o governo, Jango teve que se submeter à solução parlamentarista.

Em 2 de abril de 1964, Mazzilli voltou à Presidência, logo em seguida ao golpe que derrubou Jango. Mas o poder de fato já era exercido pelo “Comando Supremo da Revolução”, formado pelos três comandantes das Forças Armadas.

Como presidente da Câmara, Mazzilli aceitou o Ato Institucional 1, que convocou eleições indiretas para a Presidência da República e a cassação de parlamentares janguistas.

## Vice-presidente civil, Pedro Aleixo foi impedido de assumir



Uma das principais vozes da UDN, o mineiro Pedro Aleixo teve momentos de discordância em relação à supressão das liberdades. Em 1937, quando presidia a Câmara, foi contra a implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas. Aleixo tinha apoiado a Revolução de 1930 e Vargas até então. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em 1943, pedindo a redemocratização do país. Um dos articuladores do golpe de 64, filiou-se à Arena e foi escolhido vice-presidente na chapa de Costa e Silva.

Com o afastamento do presidente, em 1969, por problemas de saúde, Aleixo teve a posse vetada pela ditadura. O governo passou a ser exercido por uma junta militar. Deixou então a Arena e tentou organizar, sem sucesso, o Partido Democrático Republicano.

## Filinto Muller foi líder do governo no regime militar



Depois de participar, na década de 20, do movimento tenentista de oposição à República Velha, o militar Filinto Muller voltou à atividade política com o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930. Combateu a Revolução Constitucionalista de 1932 e, posteriormente, foi secretário do interventor federal no governo de São Paulo.

Em 1933, foi nomeado chefe de polícia do então Distrito Federal, por dez anos. Muller comandou a repressão ao movimento integralista. Com o fim do governo Vargas, ingressou no PSD e, em 1947, elegeu-se senador, cargo que ocupou até 1973, ano de sua morte. No Senado, foi líder do governo JK. Em 1964, aderiu ao regime militar e ingressou na Arena. Ocupou a liderança do partido e do governo e a Presidência da Casa.

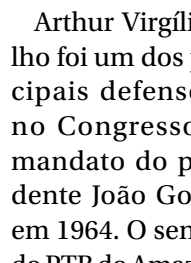
## João Agripino via Jango como ameaça às instituições

O senador João Agripino, da UDN, dizia que o governo João Goulart abrigava “elementos conturbadores, provocadores e agitadores, que pretendem levar o Congresso ao descrédito, pondo em risco o regime democrático”.

Oriundo de uma família de políticos do sertão paraibano, com ramificações no Rio Grande do Norte — seu sobrinho é o atual senador José Agripino —, João Agripino ingressou na Arena, partido pelo qual chegou ao governo da Paraíba, em 1965. A partir daí, e até 1982, os governadores passariam a ser eleitos por via indireta. Embora aliado dos militares, por mais de uma vez o então governador se insurgiu contra medidas da ditadura, segundo o atual senador pela Paraíba Cícero Lucena. Agripino morreu aos 74 anos, em 1988.



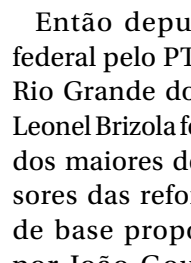
## Mesmo derrotado, Virgílio Filho manteve oposição à ditadura



Arthur Virgílio Filho foi um dos principais defensores, no Congresso, do mandato do presidente João Goulart em 1964. O senador do PTB do Amazonas procurava demonstrar que Jango não tinha inclinações comunistas, apenas defendia a justiça social.

Virgílio Filho disputou a primeira eleição, em 1947, para deputado estadual, pelo PSD. Mas logo ingressou no PTB, partido em que permaneceria até a instituição do bipartidarismo, quando filiou-se ao MDB. Buscou exercer a oposição institucional à ditadura. Foi cassado pelo AI-5, em 1969, que retirou seus direitos políticos por uma década, até a anistia. Na redemocratização, exerceu a presidência do Instituto Nacional de Previdência Social (Inamps), cargo que ocupava quando faleceu, em 1987.

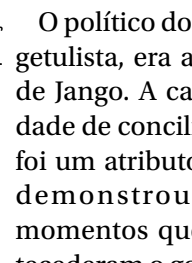
## Brizola era um dos maiores defensores das reformas de base



Então deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola foi um dos maiores defensores das reformas de base propostas por João Goulart. Sua atuação, como governador do Rio Grande do Sul, na Campanha da Legalidade, que ajudou a garantir a posse de Jango depois da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, deu a Brizola força política para pressionar o presidente (seu cunhado) pelas mudanças estruturais, principalmente na economia.

Foi um dos primeiros alvos da repressão política, tendo sido cassado pelo Ato Institucional 1. Seguiu para o exílio no Uruguai, onde tentou organizar a resistência armada à ditadura. Após a abertura, foi eleito duas vezes governador do Rio de Janeiro pelo PDT. Morreu em 2004, aos 82 anos.

## Firmeza e conciliação foram marcas de Tancredo Neves



O político do PSD, getulista, era aliado de Jango. A capacidade de conciliação foi um atributo que demonstrou nos momentos que antecederam o golpe e durante a ditadura. O perfil conciliador não impediu que agisse com independência em relação aos militares.

Primeiro-ministro durante a breve experiência parlamentarista que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros, Tancredo manteve o apoio a Jango e pregou o respeito à Constituição mesmo quando o golpe já se mostrava inevitável. Estabelecida a ditadura, trabalhou pelo retorno do poder civil. Comandou a transição para a democracia, entre 1984 e 1985. Eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, faleceu em abril de 1985, aos 75 anos, antes de tomar posse.

## Randolfe defende revisão da Lei de Anistia



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu a revisão da Lei da Anistia. Ele argumenta que a lei impede que se saiba o que, de fato, aconteceu durante a ditadura militar e, o que é pior, inviabiliza a punição dos que mataram e torturaram

quem lutou contra o governo autoritário.

Para o senador, mesmo tendo retomado a trilha democrática, o país precisa aperfeiçoar os instrumentos que garantam a participação da sociedade nas decisões nacionais.

## Jarbas, Luiz Henrique e Dornelles falam sobre resistência à ditadura

A resistência ao regime é o tema dos depoimentos de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Luiz Henrique (PMDB-SC) para a série “Memórias do Golpe”, da Agência Senado. Quem também relembra o

período pós-1964 é Francisco Dornelles (PP-RJ).

Vídeos dos depoimentos:  
<http://bit.ly/mgLuizHenrique>  
<http://bit.ly/mgJarbas>  
<http://bit.ly/mgDornelles>